



REPÚBLICA DE ANGOLA

Embaixada da República de Angola em Portugal

RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

20 de Maio 2025

Elaborado por: Serviços de Imprensa

Av.^a da República nº68, 1069-213
Lisboa - Portugal
Telf.: (+351) 965902180
Fax: (+351) 217 951 778
embaixada.portugal@mirex.gov.ao • www.embaixada.pt



mirex.gov.ao
Ministério das Relações Exteriores

JORNAL DE ANGOLA *On Line*

Segunda-feira, 20 de Maio 2025

Presidente João Lourenço felicita Luís Montenegro

O Presidente João Lourenço felicitou, segunda-feira, Luís Montenegro pela vitória nas eleições legislativas antecipadas do último domingo, em Portugal.

“Em nome do Executivo Angolano e no meu próprio, felicito Vossa Excelência pela vitória alcançada pelo vosso partido nas eleições legislativas realizadas no domingo em Portugal”, escreveu o Chefe de Estado angolano, na mensagem enviada ao líder da coligação AD.

“Satisfaz-me constatar que o facto de Vossa Excelência se manter à frente da condução dos destinos de Portugal nos próximos tempos permitir-nos-á, no quadro do estreitamento dos laços de amizade que unem Angola e Portugal, delinear novas perspectivas sobre a cooperação bilateral”, lê-se ainda na mensagem do Titular do Poder Executivo, que conclui fazendo votos de muitos êxitos no desempenho das funções de Luís Montenegro enquanto Primeiro-Ministro português.

Contactos de Marcelo

Enquanto se aguardam os resultados eleitorais dos círculos da emigração, na sequência das legislativas antecipadas do último domingo, em Portugal, o Chefe de Estado português, Marcelo Rebelo de Sousa, vai realizar conversações com os três maiores partidos, para procurar estabilidade.

O processo de indigitação pode ser mais demorado do que no ano passado, mas o novo Governo deve estar em plenitude de funções antes do fim de Junho, avançou o 'site' Notícias ao Minuto.

Contados quase todos os votos das eleições, o Presidente da República já marcou as primeiras reuniões com os partidos com assento parlamentar. Primeiro reúne-se, já hoje, com Partido Social Democrata (PSD), Partido Socialista (PS) e "Chega". Depois seguem-se os restantes partidos, nos dias seguintes.

As reuniões começam às 11h00 de hoje, com o PSD. Segue-se o PS, às 15h00, e o Chega às 17h00. No entanto, de acordo com o semanário Expresso, Marcelo pretende avançar com, pelo menos, mais uma volta de conversações com estes três partidos mais votados, com o objectivo de assegurar condições de estabilidade e governabilidade do próximo Governo.

Esses encontros acontecem ainda sem os resultados dos círculos da emigração, que só serão divulgados na quarta-feira da próxima semana. Em jogo estão ainda quatro assentos parlamentares, que podem desempatar o número de deputados entre o PS e o Chega.

Recorde-se que nas eleições legislativas antecipadas do ano passado, Luís Montenegro foi indigitado Primeiro-Ministro 11 dias depois da noite eleitoral e o Governo tomou posse nas duas semanas seguintes, com o programa de Governo a ser aprovado exactamente um mês e um dia depois da ida às urnas. Desta vez, o processo de indigitação pode ser mais demorado, devido à nova configuração política do Parlamento, que pode dificultar a Marcelo a chegada a um consenso e solução que garanta estabilidade.

Ainda assim, o novo Governo deverá estar em plenitude de funções antes do fim do próximo mês de Junho.

Enquanto esse processo decorre, o PS vai procurar um novo secretário-geral para o lugar deixado por Pedro Nuno Santos. Para o efeito, a Comissão Nacional do partido vai reunir-se no próximo sábado, dia 24.

Que cenários esperar?

Nesta nova legislatura deixará de haver uma maioria de dois terços formada apenas pelos eleitos do PSD e PS, ou da AD (PSD/CDS) e do PS, mesmo que os quatro mandatos da emigração fossem todos para estas forças políticas. Já se sabe que o Presidente da República está disposto a adiar a nomeação do Primeiro-Ministro para dar tempo aos partidos para negociarem um programa de Governo que passe no Parlamento.

Assim, há vários cenários em cima da mesa. Se ninguém avançar com uma moção de rejeição ao programa do Governo, como aconteceu no ano passado por parte do PCP, não vai haver grandes dificuldades iniciais. O Executivo passa sem problemas e Luís Montenegro é indigitado Primeiro-Ministro.

Caso o PCP volte a avançar com uma moção de rejeição, o Chega será decisivo. Embora seja difícil que o partido de André Ventura vote a favor de qualquer moção de rejeição dos comunistas, o líder do Chega remeteu o tema para os próximos dias. Contudo, o partido não tem grandes vantagens em travar a governação – que ficaria parada durante um ano – depois do melhor resultado de sempre do Chega.

Num terceiro cenário, o PS e o Chega também podem viabilizar o Governo, à semelhança do que aconteceu no ano passado. Enfraquecidos e sem líder, os socialistas não têm força para chumbar o Executivo da AD, embora o possam deixar passar, a não ser que se aliem ao Chega. Um cenário que é improvável. No ano passado, recorde-se, o PS absteve-se na moção de rejeição apresentada pelo PCP e o Chega votou contra.

É de realçar que a AD sozinha tem mais deputados do que toda a Esquerda em conjunto. O cenário ficará mais complicado com o passar do tempo e a aproximação do Orçamento do Estado, que volta a depender do Chega ou da influência positiva do PS, que se pode aliar à AD. Será um novo teste para o Executivo português. (J.A)++++

Francisco Furtado empossa oficiais gerais recém promovidos

O ministro de Estado e chefe da Casa Militar do Presidente da República, Francisco Furtado, empossou, esta segunda-feira, os oficiais gerais nomeados, este mês, pelo Presidente João Lourenço.

A cerimónia de empossamento teve lugar no Centro de Imprensa da Presidência da República (CIPRA) em Luanda. Na ocasião, Francisco Furtado, sublinhou que o acto representa a valorização dos quadros inseridos no processo de rejuvenescimento e continuidade da defesa dos ideais da nação angolana.

Pedi aos empossados que tenham em atenção as responsabilidades acrescidas de modo a exercê-las da melhor forma possível, tendo em conta a vasta experiência e longos anos de carreira. (J.A)++++

Abel Chivukuvuku eleito presidente do PRA-JA

Abel Chivukuvuku foi eleito, segunda-feira, presidente do partido político PRA-JA

Servir Angola, durante o 1.º Congresso Constitutivo da força política, com expressivos 98% dos votos válidos.

A eleição decorreu no âmbito dos trabalhos do Congresso, que teve início ontem e vai até quinta-feira, sob o lema “Institucionalizar e fortalecer para ser Governo em 2027”.

A votação começou às 15h45, logo após a pausa para o almoço, e teve a participação de 675 delegados devidamente credenciados. Abel Chivukuvuku, que concorreu pela lista B, foi o primeiro a votar, seguido do seu oponente, Francisco Mateus Canga.

De acordo com os dados finais da votação, Abel Chivukuvuku obteve 660 votos, enquanto Francisco Canga somou apenas 11 votos, o equivalente a 1,5%. Foram ainda registados três votos nulos e um voto em branco.

Na sua primeira intervenção, após o anúncio da vitória, o presidente do PRA-JA reafirmou o compromisso de formar Governo após as próximas eleições. “Vamos trabalhar para crescer, fortalecer o partido e transmitir ao povo que todo o sofrimento que vive hoje terá fim, quando o PRA-JA for Governo, em 2027”, disse.

Já o candidato derrotado reconheceu a necessidade de melhorias internas na organização partidária. “O partido ainda enfrenta desafios internos que vão desde a falta de democracia interna ao amiguismo”, criticou.

O Congresso Constitutivo do PRA-JA Servir Angola marca uma etapa decisiva na consolidação da agremiação, que foi legalizada há apenas sete meses, após um longo pro-

cesso de impugnações judiciais. Durante o Congresso, os delegados vão, ainda, eleger os vice-presidentes, aprovar os órgãos estatutários definitivos e traçar a estratégia eleitoral para as Eleições Gerais de 2027.

Discurso de abertura

O coordenador-geral do projecto político PRA-JA Servir Angola, Abel Chivukuvuku, defendeu, ontem, em Luanda, a necessidade de promover a união, o respeito pela diversidade e a construção de pontes entre os angolanos.

Ao intervir na abertura do I Congresso Constitutivo do PRA-JA, no Centro de Convenções de Talatona (CCTA), Abel Chivukuvuku reafirmou a missão do partido de servir o país com base em princípios de inclusão e diálogo. “Queremos ser um instrumento dos angolanos para servir Angola. Simplesmente isso”, disse.

No seu discurso, o dirigente sublinhou que a realização do Congresso responde a imperativos legais, nomeadamente uma directiva do Tribunal Constitucional, além da necessidade de substituir os órgãos provisórios por estruturas definitivas, conforme previsto nos estatutos do partido.

“Estamos a preparar-nos com antecedência, dois anos antes das eleições, para garantir que o PRA-JA esteja pronto para servir Angola com competência, humildade e sensibilidade”, frisou.

A realização do Congresso coincide com um momento simbólico para o país, que se aproxima da celebração dos 50 anos de Independência. No entanto, Abel Chivukuvuku alertou que, apesar desse marco histórico, os desafios sociais e económicos permanecem alarmantes.

O presidente do PRA-JA teceu críticas ao que qualificou como “défice democrático” e “mentalidade de negação da realidade”, sustentando que o país continua submetido a práticas autoritárias, apesar de se declarar formalmente como um Estado Democrático e de Direito.

“Há uma sobreposição de equipas governativas que mantêm os mesmos programas, vícios e insuficiências. O diagnóstico do país não tem sido bem feito, e por isso a receita tem sido ineficaz”, destacou.

Surgimento de novas forças políticas dá lugar à competição

O surgimento de forças políticas concorrentes às Eleições Gerais de 2027 demonstra a existência do multipartidarismo em Angola, considerou, ontem, em Luanda, o secretário do MPLA para a Reforma do Estado, Administração Pública e Autarquias, Mário Pinto de Andrade.

Convidado a participar na abertura do I Congresso Constitutivo do PRA-JA Servir Angola, que termina quinta-feira, Mário Pinto de Andrade disse à imprensa que Angola ganha quanto mais forças políticas existirem, porque dá lugar à competição de ideias.

De acordo com o secretário do MPLA para a Reforma do Estado, Administração Pública e Autarquias, os partidos começaram, agora, com o processo de competição política, onde cada um, legalmente reconhecido, apresenta as suas ideias de governação.

No que diz respeito à realização do I Congresso Constitutivo do PRA-JA Servir Angola, Mário Pinto de Andrade disse que o “evento foi bem organizado” e demonstra que a

sociedade angolana está a ganhar o hábito de conviver com base nos princípios do multipartidarismo.

Em relação ao seu partido (MPLA), Mário Pinto de Andrade referiu que esteve e está sempre preparado para enfrentar as demais forças políticas concorrentes nas Eleições Gerais de 2027, recordando que “o ‘Partido dos Camaradas’ tem cinco vitórias eleitorais”.

Por sua vez, o vice-presidente da UNITA, Simão Dembo, disse que o surgimento do PRA-JA Servir Angola vai ser mais um pilar no reforço da democracia angolana.

Relativamente ao projecto Frente Patriótica, Simão Dembo referiu que até ao momento continua a ser parte, agora quanto ao seu futuro, vai depender das decisões que saírem deste Congresso e, também, do 14º da UNITA, a realizar-se dentro de alguns meses, cuja abordagem também será sobre as eleições de 2027.

De acordo com o vice-presidente da UNITA, o seu partido não está preocupado com o surgimento de novas forças políticas, sublinhando que se “encontra firme e vai trabalhar para ganhar as Eleições de 2027 e formar governo”. O I Congresso do PRA-JA Servir Angola teve como candidatos à liderança Abel Chivukuvuku e Francisco Canga, tendo a participação de 750 delegados vindos do interior e exterior do país.

. (J.A)++++

Tribunal de Comarca começa a julgar primeiros casos em Junho

O Tribunal da Comarca de Luanda começa a julgar, nos dias 12 e 20 de Junho, os dois primeiros processos-crime relacionados com a mineração de criptomoedas no país. De acordo com um comunicado, o primeiro processo, que vai

tramitar na Terceira Secção da Sala Criminal, tem como arguido um cidadão de nacionalidade chinesa e está agendado para o dia 12.

á o segundo processo, que decorre na Quarta Secção da Sala Criminal, conta com 52 arguidos, dos quais um cidadão angolano e 51 cidadãos de nacionalidade chinesa, acusados da prática do crime de exploração ilícita de jogos e jogos fraudulentos, bem como mineração de criptomoedas.

Recentemente, em entrevista à imprensa, o juiz presidente da Comarca de Luanda, João Bessa, considerou que este tipo de crime exige maior preparação técnica por parte dos operadores da Justiça.

“A criptomoeda é um tipo legal de crime novo no nosso sistema e é bastante complexo, sobretudo na fase de instrução processual”, disse.

De acordo com o magistrado , existem cinco processos já concluídos e prontos para julgamento. Os processos envolvem mais de dez arguidos em cada caso e apresentam um grau elevado de complexidade, devido à natureza digital dos meios usados, como computadores, plataformas online e equipamentos electrónicos.

Aprovação da Lei sobre Mineração de Criptomoedas

A Lei sobre a Mineração de Criptomoedas e Outros Activos Virtuais foi aprovada em Fevereiro do ano passado pela Assembleia Nacional. O instrumento legal proíbe o exercício da actividade de mineração de criptomoedas em todo o território nacional e os serviços profissionais a elas associadas e delimita a circulação de moedas virtuais não emitidas por bancos centrais. O diploma estabelece que a emissão e

colocação em circulação de qualquer tipo de moeda, inclusive as criptomoedas, é da exclusiva competência do Banco Nacional de Angola, nos termos da lei.

A mineração de criptomoedas é o processo de validação e introdução de transacções numa base de dados partilhada que usa uma tecnologia específica, designada de 'blockchain'. Tem associado um alto consumo de energia com grande impacto ambiental. Assim, uma criptomoeda é um tipo de dinheiro totalmente digital e não é emitido por nenhum Governo. O Bitcoin (BTC) é actualmente a maior rede 'blockchain' por capitalização de mercado, seguido pelo Ethereum (ETH) e pela Tether (USDT).

De acordo com a lei, é igualmente proibida a utilização de quaisquer licenças de instalações eléctricas para fins de mineração de criptomoedas e outros activos virtuais, bem como a ligação ao sistema eléctrico nacional de sistemas e equipamentos para fins de mineração de criptomoedas e outros activos virtuais. (J.A)++++

Licenciamento da Rádio e Televisão está em curso

O secretário de Estado para a Comunicação Social, Nuno Caldas Albino, garantiu segunda-feira, em Luanda, que o processo de licenciamento da Rádio e Televisão do Parlamento está em curso e deverá seguir rigorosamente os requisitos legais e administrativos.

EM declarações à imprensa, após uma visita às instalações da futura emissora parlamentar, Nuno Caldas Albino explicou que o processo passa inicialmente pelo crivo do Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social, numa fase administrativa, e segue posteri-

ormente para uma avaliação técnica a cargo do Instituto Angolano das Comunicações (INACOM), órgão regulador do sector.

“Tão logo essas condições estejam criadas, penso que o Parlamento poderá assumir a rádio e avançar com a operacionalização da TV Parlamento”, disse.

Nuno Caldas Albino informou que a entrada em funcionamento da Rádio e Televisão Parlamento depende apenas da conclusão da fase técnica do processo de licenciamento, sublinhando que as condições estruturais e administrativas já estão praticamente asseguradas.

O responsável destacou que os estúdios apresentam boas condições operacionais, tendo referido que é necessário garantir todos os requisitos técnicos e de segurança antes do arranque das transmissões. “A parte administrativa está praticamente concluída, mas é fundamental assegurar que, tanto a rádio como a TV Parlamento, iniciem com todas as condições de segurança garantidas”, sublinhou.

O secretário de Estado considerou ainda que o projecto é um marco importante para a democracia angolana, por permitir um maior envolvimento cívico e político da população. “Trata-se de um projecto que os angolanos aguardam com grande expectativa, porque promove uma cidadania participativa. O Parlamento é o espelho político da nossa democracia, e essa iniciativa vai aproximar os cidadãos dos seus representantes e das instituições do Estado”, afirmou.

Nuno Caldas Albino garantiu, também, que a direcção do Parlamento, a Secretaria-Geral e os Serviços de Imprensa estão empenhados no cumprimento dos requisitos técnicos necessários, com a finalidade de criar, o mais breve possível,

as condições para o lançamento oficial da emissora legislativa.

Execução a 90 por cento

Por sua vez, o secretário-geral da Assembleia Nacional, Pedro Agostinho de Neri, disse que o processo de instalação da rádio e da televisão da Assembleia Nacional se encontra em fase avançada, com uma execução estimada em 90 por cento.

Pedro de Neri destacou que o processo é tecnicamente e administrativamente complexo, exigindo o cumprimento rigoroso de pressupostos legais e operacionais. “O mais difícil já foi feito. Agora, estamos a trabalhar para respeitar os últimos quesitos necessários do ponto de vista legal e técnico”, informou.

O secretário-geral explicou que a visita teve como objectivo permitir que o responsável pela Comunicação Social avaliasse “in loco” o estado dos equipamentos e da infra-estrutura, com vista à emissão de orientações que facilitem a conclusão do projecto.

Apesar de não haver uma data oficial para o início das emissões, Pedro de Neri garantiu que há um empenho forte para que a rádio e a TV da Assembleia comecem a operar o mais rapidamente possível.

“É do nosso interesse acelerar o processo, mas sempre respeitando os pressupostos legais e técnicos que asseguram a credibilidade e sustentabilidade do projecto”, reforçou.

(J.A)++++

Ministro de Estado apela à vigilância tecnológica nas Forças Armadas

O ministro de Estado e chefe da Casa Militar do Presidente da República, Francisco Pereira Furtado, apelou ontem, em Luanda, aos oficiais generais no sentido de estarem mais atentos ao uso das novas tecnologias, com destaque para a evolução da Inteligência Artificial (IA), face aos desafios actuais das Forças Armadas Angolanas (FAA). O apelo foi feito durante a cerimónia de tomada de posse dos oficiais generais recentemente promovidos e nomeados pelo Presidente da República e Comandante-em-Chefe das FAA, João Lourenço, para exercerem cargos nos órgãos de Inteligência Militar.

“A evolução tecnológica, principalmente a evolução da IA, chama-nos atenção para novos desafios que teremos de ter, porque os tipos de guerra, hoje, são diferentes do passado”, afirmou o governante.

Na ocasião, Francisco Pereira Furtado incentivou, igualmente, a formação contínua sobre os fenómenos sociais, com um olhar atento às tendências de alteração do quadro legal do país, por via de propaganda e materiais produzidos e partilhados diariamente nas redes sociais.

O ministro de Estado encorajou também os oficiais generais a terem cada vez melhor percepção dos fenómenos actuais, defendendo a necessidade de os órgãos de Defesa e Segurança estarem preparados e atentos às mutações, para melhor apoiar a direcção do país.

A missão das Forças Armadas, reiterou, é garantir a continuidade da estabilidade e da soberania nacional, e não só, bem como preservar a solidificação dos órgãos do Estado e da democracia reinante no país. “Que cada um, de facto,

cumpra o seu papel, com habilidade, para o bom desenvolvimento do país e dos seus órgãos”, acrescentou.

“Esperamos de todos maior responsabilidade, pois o posto de Oficial General representa um compromisso com a Nação, de preservarem a missão que têm no quadro das funções a que foram chamados a exercer nas Forças Armadas e nos diferentes órgãos para os quais foram nomeados”, disse Pereira Furtado, revelando que o pelouro está num processo normal de redimensionamento e adequação das FAA ao período de paz e estruturação da componente territorial e da defesa do país. (J.A)++++

MAT promove Semana do Desenvolvimento Local

O Ministério da Administração do Território promove, em Benguela, a Semana do Desenvolvimento Local, para valorizar os progressos da governação local, reforçar o papel dos municípios e promover o desenvolvimento social, económico e cultural das comunidades. O anúncio foi feito ontem, em Malanje, pelo secretário de Estado para as Autarquias, Fernando da Paixão tendo sublinhado que a província de Benguela vai também acolher o acto central das comemorações dos 50 anos da Independência Nacional e do Dia Africano da Descentralização e do Desenvolvimento Local.

Segundo o secretário de Estado, que falava em representação do ministro Dionísio da Fonseca, o evento contará com a presença de ministros de Estado, governadores, vice-governadores, administradores municipais, deputados, representantes empresariais e académicos, bem como empresas ligadas à organização da Semana.

Sublinhou que esta primeira edição ocorre num momento simbólico para o país, marcado pela celebração dos

50 anos da Independência e pela recente aprovação da nova Divisão Político-Administrativa, estabelecida pela Lei nº 14/24, de 5 de Setembro.

O evento, que envolve as províncias da Lunda-Norte, Lunda-Sul, Moxico e Moxico-Leste, insere-se nas celebrações dos 50 anos da Independência.

O vice-governador de Malanje para o sector Político, Económico e Social, Franco Mufinda, destacou que a Semana confirma o compromisso do Executivo com o desenvolvimento nacional, promovendo uma Angola mais coesa e próxima dos cidadãos. (J.A)++++

Angola vota hoje a favor do Acordo de Prevenção e Resposta a Pandemias

O novo Acordo sobre a Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias, a ser votado hoje, na 78ª Assembleia Mundial da OMS, em Genebra, Suíça, vai permitir reforçar a vigilância epidemiológica e garantir mais cooperação na capacidade diagnóstica e no acesso aos medicamentos. A informação foi avançada, ontem, pela ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, em declaração aos jornalistas angolanos, após a sessão de abertura do mediático evento, em que intervém, hoje, o Presidente João Lourenço, na qualidade de líder da União Africana.

“Viemos muito ansiosos, porque teremos o ponto mais alto que é, de facto, a aprovação do Acordo Pandémico, que está a ser negociado há três anos. O despertar da necessidade desse instrumento foi a pandemia da Covid-19, em que praticamente cada país tinha sido deixado à sua sorte”, afirmou a ministra da Saúde.

A importância do Acordo, esclareceu Sílvia Lutucuta, consiste no facto de permitir a criação de sinergias para reforçar a vigilância epidemiológica, garantir mais cooperação na capacidade diagnóstica, no acesso aos medicamentos e aos serviços, assim como na melhoria dos recursos humanos.

“Vai permitir trabalharmos no âmbito de uma só saúde, saúde humana, saúde animal e, também, olhar para as questões ambientais, em que temos a multissectoralidade, e tem que ser um facto”, acrescentou.

Sílvia Lutucuta revelou, ainda, haver uma grande disposição criada por este Acordo, que proporciona a liberdade de os países tomarem medidas mediante a sua epidemiologia, a sua realidade e “não ficarem muito dependentes de opções ou medidas gerais tomadas pela OMS” de forma unilateral.

“Estamos muito ansiosos, acreditamos muito neste Acordo Pandémico e estaremos lá todos para votar”, assegurou, peremptória, a ministra da Saúde.

Relativamente à sessão de abertura, Sílvia Lutucuta destacou os dois momentos já cumpridos pela Assembleia Mundial da OMS, tendo sublinhado a eleição do director regional da OMS para a África, de quem assegurou que Angola espera contar muito com o seu desempenho e contributo.

“É um candidato muito forte, que contamos muito com ele, claro que sempre criando sinergias e dando todo o apoio. Que faça um trabalho excepcional no nosso continente, olhando para todos os desafios que temos”, desejou.

Intervenção do Presidente João Lourenço

Para a ministra da Saúde, a intervenção do Presidente da República e líder da União Africana, João Lourenço, hoje,

no Palácio das Nações, em Genebra, anima bastante o país e o continente, enfatizando as responsabilidades assumidas pelo Chefe de Estado angolano em África.

“Não só Angola, mas todo o continente e todos os países da União Africana estão muito expectantes com a intervenção de Sua Excelência Presidente da República, que sempre foi um grande defensor das causas mais nobres, as causas sociais, em que a saúde não é excepção”, acentuou a ministra Sílvia Lutucuta.

Angola, de acordo ainda com a ministra, além da intervenção na Plenária, vai participar, também, activamente, nas várias temáticas dos Comités A e B.

Questionada sobre que soluções a presente Assembleia Mundial da OMS pode garantir para Angola, nesta fase em que enfrenta o surto de cólera, a titular da pasta da Saúde assegurou que o país não está sozinho nesta luta pela prevenção e cura da doença.

Sílvia Lutucuta lamentou o facto de, desde o início de Janeiro, o país estar a lutar contra o surto, realçando a abordagem multisectorial feita para o combate à cólera.

“Mas, dizer que, nesse combate, não estamos sozinhos, temos parceiros importantes internacionais, um dos quais a Organização Mundial da Saúde, que facilitou, para além do apoio técnico local e alguma mobilização de recursos humanos, especialistas em gestão de epidemias, que estão lá (em Angola), de comunicação de risco.

Também temos um apoio fundamental que foi a mobilização de vacinas”, revelou a ministra, para em seguida acrescentar que há uma escassez internacional de vacinas.

Graças ao apoio da OMS e da GAVI, explicou Sílvia Lutucuta, o país conseguiu adquirir algumas vacinas para a prevenção da cólera, mas alertou que o surto “tem que ser olhado como uma doença em que todos temos que participar activamente no seu combate”, com medidas de prevenção individual, protecção colectiva, sempre numa abordagem multissetorial. “É o que se está a fazer a todos os níveis”, destacou a ministra da Saúde.

Cinquenta países desenvolveram planos de redução de mortes por Covid-19

O director-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Ghebreyesus, afirmou ontem, em Genebra, Suíça, durante o discurso de abertura da 78ª Assembleia Mundial da organização, que um total de 50 países desenvolveram planos para reduzir a mortalidade por Covid-19 e prevenir o vírus.

O responsável etíope ao serviço da ONU revelou, ainda, que a pandemia da Covid-19 tem um aumento de casos mortais, sobretudo no Brasil, justificando o facto com as mudanças da gestão da pandemia por parte dos países, que acelerou rapidamente a progressão da doença.

“Os nossos 50 países já desenvolveram planos de aceleração para reduzir a mortalidade do vírus e prevenir o vírus. E no ano passado, a Tanzânia abriu 30 unidades de cuidados intensivos para as pessoas com a doença, enquanto o Paquistão, o Ghana e o Malawi estão, também, a registar progressos”, disse.

Sobre a saúde mental, Tedros Ghebreyesus disse que a OMS está a apoiar para expandir o acesso aos serviços em

nove países, proporcionando saúde para mais de um milhão de utentes.

De igual modo, o director-geral da organização das Nações Unidas especializado em Saúde garantiu que foi assegurado medicamentos para 2,1 milhões de pessoas com doenças mentais severas em países em situação de conflito, incluindo Tchad, Sudão e Etiópia.

“Os pedidos de medicamentos para a saúde mental pararam quase completamente em alguns países, devido aos limites de financiamento e prioridades competentes, deixando pessoas com doenças severas sem apoio devido à crise”, lamentou.

Relativamente ao combate do HIV, o responsável da OMS disse que 77 por cento das pessoas que vivem com HIV no mundo estão a receber tratamento, acima de 69 por cento registado em 2020, sublinhando que 19 países alcançaram os 95 itens dos objectivos antes do tempo em 2025. Sobre as hepatites, Tedros Ghebreyesus referiu que, em 2024, a OMS registou 38 países focados com novos tratamentos simplificados e guias para a hepatite B. (J.A)++++